

O IMAGINÁRIO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA DO RIO GRANDE DO NORTE¹

José Lacerda Alves Felipe

Prof. Dr. do Departamento de Geografia da UFRN.

Os paradigmas racionalistas herdados do Século das Luzes entraram em crise, e seus enunciados de verdades absolutas estão desacreditados. Para alguns, estamos no caminho de retorno no qual as imagens, a imaginação e o imaginário fazem o papel do sacerdote-mago guardião de mitos velozes que a instantaneidade da mídia dilui rapidamente.

Para os que não perceberam que a nova forma de pensar o mundo inclui razão e espírito; simbólico e lógico; registramos a lição de Michel Maffesoli, para quem “o nosso conhecimento do mundo é uma mistura de rigor e poesia, de razão e paixão, de lógica e mitologia” (MAFFESOLI, 1988). Essa nova forma de pensar o mundo passa, pelo resgate da imagem/imaginação e da eficácia simbólica e da sua capacidade de acionar sinais, “laços da sociedade com seu espaço” (CASTRO, 1992).

A complexidade do real reconcilia a ciência com o sonho e a imaginação criadora, que ultrapassa a função simbólica, pela sua presença nas inovações tecnológicas, pois o mundo técnico traz as máquinas para os interstícios da vida social e promete romper com os nossos limites, a nossa imagem de saída de labirinto num majestoso voo de pássaro. O nosso imaginário acrescido das nossas utopias.

A incorporação do imaginário como preocupação temática e objeto de investigação dos processos políticos e sociais enriquece as análises desses processos e revisa conceitos científicos superados, já que o uso destes por vezes “confunde sociedade e economia, reduzindo e tratando como problema econômico, problemas que constituem o imaginário social muito mais amplo” (MARTINS, 1993).

Neste estudo, a concepção de imaginário corresponde à “prática social pela qual os significados passam a acumular imagem e a significar mais” (FERRARA, 1994), um poder que mobiliza, que é invisível, mas é percebido pela cumplicidade dos sujeitos, na sua busca de justificativa e complemento para a sua ordem (CASTORIADIS, 1982). Um “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização” (BORDIEU, 1989).

A linguagem dos signos e sua manipulação por meio do discurso político domina, segundo Rousseau, o imaginário coletivo. Trata-se de uma razão domesticadora das paixões, na qual, através dos rituais e das festas cívicas,

[...] se propõe instalar, no coração da vida coletiva, um imaginário especificamente político... [pois]... Nenhuma relação social e, por maioria de razão, nenhuma instituição política são possíveis sem que o homem prolongue

¹Publicado originalmente em Saber. Ciências Exatas e Tecnologia, v.2, p.1-38, 1997. Essa edição está publicada seguindo as normas da revista.

a sua existência através das imagens que tem de si próprio e de outrem (BACKZO, 1985).

O poder político se faz rodear de representações coletivas e elege como estratégia o domínio do imaginário e do seu poder simbólico. O Estado-Nação embute nas suas questões políticas representações de conotação territorial. O território nacional e suas fronteiras reais e simbólicas são espaços sagrados, forjados por heróis que transformaram o lugar-nenhum – o caos – em um lugar cosmicizado pela força dos seus mitos, das identidades e do sentimento de pertencimento.

Essas referências conceituais objetivam fornecer apoio às reflexões sobre o imaginário nacional-desenvolvimentista, o qual embalou, por um período histórico que vai do pós-guerra até 1985, o sonho das elites brasileiras de ver, por meio do desenvolvimento industrial, o Brasil participar do restrito grupo de países ricos ou do 1º Mundo.

Esse período, no seu início, é caracterizado pelas condições favoráveis em nível internacional de um amplo processo de modernização da economia brasileira. E, ao nível interno, é caracterizado pelo debate de como deveria ser encaminhado esse processo. Os interesses agroexportadores, que politicamente traduziam-se pelos interesses das oligarquias agrárias, defendiam o liberalismo econômico – a tese da “vocação agrária”. No campo oposto, determinados atores – militares, classe média, o novo empresariado industrial, o proletariado urbano e os intelectuais de esquerda – figuravam como portadores da ideia de que o Estado deveria intervir para realizar a industrialização, enterrando o passado colonial e levando o país a galgar *status* entre os países ricos do capitalismo mundial (MANTEGA, 1992).

O nacional-desenvolvimentismo é marcado por três imagens/símbolos: o nacionalismo do governo Vargas; os “50 anos em 5” – o plano de metas do governo JK, e o Brasil, grande potência nos governos militares. O ponto em comum passa pela industrialização como o caminho para o país superar o atraso e cumprir o seu grande destino no cenário internacional – o de potência mundial. Esse imaginário consolida-se na década de 1950, abastecendo o discurso político de confronto com as oligarquias agrárias.

No Nordeste, a criação da Sudene no final dos anos 1950 e as propostas contidas no diagnóstico da região feito pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) oferecem elementos para abastecer o discurso populista que se apropria desse imaginário. A campanha de 1960 para o governo dos estados nordestinos revela candidatos de postura política conservadora e oligárquica (Miguel Arraes, em Pernambuco e Aluizio Alves, no Rio Grande do Norte) apropriando-se do imaginário nacional-desenvolvimentista, que é incorporado ao discurso populista. Suas candidaturas aparecem como revolucionárias, portadoras de novas possibilidades nas quais o sofrimento causado pela seca será redimido pela industrialização. No Rio Grande do Norte, o território e sua sociedade, martirizados pelas estiagens cíclicas e prolongadas, agora têm um novo porta-voz: Aluizio Alves, disposto a fazer a “mágica” da transformação do estado pobre em um estado desenvolvido por conta das indústrias, que serão movidas pela chamada energia da usina hidrelétrica de Paulo Afonso.

“O povo oprimido do operário ao doutor”, trecho da música de campanha de Aluizio Alves, intitulada Marcha da Esperança, passa a imagem de uma sociedade sem classes na qual

todos são iguais perante o sofrimento da seca. O discurso novo é produzido com os fragmentos do discurso velho.

Aluizio Alves introduz pela primeira vez, na política do estado, os marqueteiros políticos – os novos profissionais do poder simbólico. Estes elaboram os signos da campanha e da sua administração no governo do estado:

Aluizio Alves:

O Sertanejo “veio do sertão lá de Cabugi”

A Esperança “no herói da nossa grande redenção”

O Candidato de Todos – “de doutor, e de estudante e de trabalhador, o criador de gado, a dona de casa e o agricultor”

O Herói Consagrado – “tens as nossas forças para defender-te do inimigo”

O Cigano Feiticeiro – que vai realizar a mágica da transformação do Estado – “O Rio Grande do Norte cem anos avançou depois que Aluizio Alves se elegeu governador”. (LONG-PLAY DA GENTINHA).

No Rio Grande do Norte, por meio da campanha e do governo de Aluizio Alves, percebe-se com mais clareza a relação entre a imagem desenvolvimentista e o discurso populista. A contradição é ressaltada na imagem industrialista do discurso na medida em que o apoio político é dado pelas oligarquias agrárias. A modernidade das palavras só se transforma em prática quando os beneficiados são as forças conservadoras, geralmente, de caráter oligárquico e patrimonialista.

Aluizio Alves apropria-se dos signos do imaginário nacional-desenvolvimentista. Sem ser nacionalista, percebeu que com ele podia fazer a “mágica” política que o mantém até a sua morte como líder de um grupo que polariza a política potiguar, contudo ele tornou-se refém daquilo que o consagrou, “apropriado pelas coisas das quais se apropriou” (BOURDIEU, 1996). Os signos de ontem (a cor verde de *Esperança* – os lenços verdes e os galhos de árvores e o polegar para cima em substituição ao V da vitória) são resgatados e incorporados em todas as campanhas. De fato, identificam Aluizio Alves, mas perderam a sintonia com a *Esperança*, forjada naquele momento em que o imaginário nacional-desenvolvimentista disseminava a convicção de que o Brasil estava se preparando para um futuro melhor.

O IMAGINÁRIO NACIONAL DESENVOLVIMENTISTA

Na década de 1950, criou-se uma imagem de construção do futuro, um sentimento coletivo comungado por sujeitos diferentes, por vezes antagônicos, mas incorporados por uma ideia de que se podia construir um país melhor. Esse imaginário era embalado pelos nacionalistas, pelas esquerdas reformistas, pelos messiânicos populistas, artistas e intelectuais. O Brasil merecia um destino melhor e a tarefa de todos era preparar esse caminho, por isso “uma nova poesia, uma nova arquitetura, uma nova música, uma nova pintura, um cinema novo, uma nova sociedade – era o que se tramava” (GONÇALVES, 1996).

Esse imaginário, que ganha o nome “nacional-desenvolvimentista”, no nível econômico se abastece das teses cepalinas – Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), na qual o desenvolvimento é sinônimo de industrialização, por meio da intervenção do Estado, e se

fortalece com a visão mais nacionalista do grupo de Itatiaia entre 1953 – 1956, a qual vai originar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no governo JK.

Esse imaginário tece a trama elaborada da ideia do novo, do orgulho de ser brasileiro. É o capital simbólico que, em um plano mais concreto, é percebido no Plano de Reabilitação da Economia Nacional e Reaparelhamento Industrial do 2º governo Vargas e no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

A industrialização sepultaria o nosso passado colonial e duas novas classes emergentes – a burguesia industrial e o proletariado urbano – sepultariam o poder político oligárquico. Contudo, os defuntos estavam todos vivos e, por meio do “Estado de compromisso”, seus interesses econômicos agroexportadores permanecem intocáveis e os seus interesses político-oligárquicos continuam a reproduzir-se por meio do domínio das instituições do Estado.

A modernização brasileira era pensada via industrialização, cujos processos consequentes, como a urbanização e as novas formas de trabalho, demandariam novas pautas de consumo, por conta das modificações na estrutura ocupacional e familiar. Outro modo de vida que requisitava e consolidava as instituições democráticas e fragilizaria o poder oligárquico.

O golpe de 1964, a sua maneira, reproduz o imaginário desenvolvimentista, trazendo componentes novos, à medida que atrela a organização territorial ao processo de industrialização e a sua imaginação geopolítica. Importa agora é a construção do “Brasil Grande Potência”, forjado nas alianças do estamento militar representante do Estado autoritário com o capital estrangeiro e nacional e as elites agrárias absorvidas por meio de pactos e alianças, que apontam para a modernização dessas oligarquias, as quais modernizam também os seus processos de dominação política, acomodando, portanto, os seus interesses.

Com esses atores, o regime militar cunha o termo “burguesia nacional-associada” e conduz o país para uma modernização conservadora e excludente, que aprofunda a concentração da renda e mantém inalterada a estrutura fundiária. O discurso industrialista modernizava o país, que continuava conservador e se deixava seduzir por esse imaginário e pelos seus “milagres”, “mágica” patrocinada por velhos e novos “feiticeiros”, especialistas em fazer a reprodução e o crescimento do “bolo”, porém, sempre, esquecendo-se da “mágica” da distribuição.

Os discursos e as imagens sobre o real não querem dizer exatamente o real, a realidade e a sua representação não são coladas, embora o objetivo do discurso e do imaginário seja uma leitura definidora da realidade (PESAVENTO, 1995), pois o real contém concretude e imagens, uma ordem simbólica que constitui a sua representação.

O modelo de modernidade dirigido pelo Estado interventor, que ficou conhecido como “desenvolvimento nacional”, elege como parâmetro os países industrializados do Ocidente. Sua inspiração teórica é o estruturalismo, que conciliava por meio do neo-keynesianismo o mercado e o Estado interventor. Esses elementos abastecem uma cultura política forjada na crença de que as injustiças sociais eram apenas um aspecto do capitalismo selvagem, uma etapa do

processo de acumulação. Essa etapa seria superada pelo aumento sempre crescente da produção de novas riquezas materiais – aquela história de “fazer o bolo crescer para depois dividir”.

Para a ausência de democracia, era utilizado o discurso de que a certeza da industrialização nacional, os caminhos da modernidade, a entrada do país no Primeiro Mundo, compensavam esse limite político. O tempo passou e a história demonstra que aquilo que sugeria ser apenas um sacrifício passageiro do processo de modernização nacional – a concentração de renda e da terra, por exemplo, é na verdade a lógica que institui essa modernidade.

O desenvolvimento capitalista no Brasil desencadeia um processo de industrialização e urbanização, mas não foi capaz de realizar o objetivo mais caro que norteou o imaginário nacional-desenvolvimentista, que era levar o país a participar do restrito grupo dos países capitalistas avançados. Tal fato deixou uma dívida social cujos indicadores aproximavam o Brasil do que há de pior no Terceiro Mundo.

O TERRITÓRIO NORTE-RIO-GRANDENSE COMO O CONTINENTE SIMBÓLICO

Na Antiguidade ou na “aura teológica” da Idade Média, a relação entre o imaginário coletivo e território era constante, pois os lugares ou “corpos celestiais” eram primeiro conhecidos nessa dimensão, para depois ter o seu similar identificado na geografia terrestre. Uma cidade é criada por Deus no “campo celestial” para depois ser construída pelo homem aqui na terra (ELIADE, 1992).

O território é dividido em lugares de *cosmo*, os quais têm um similar no “campo celestial”, e lugares do *caos*. O primeiro é um território consagrado, o segundo é o território profano, é o lugar nenhum.

A posse de um território é seguida de um ritual que simboliza o ato da criação, ou seja, transforma lugares de *caos* em lugares *cosmicizados*. Os portugueses e espanhóis faziam esse ritual de passagem com o soerguimento da cruz e a celebração da primeira missa. Essa *cosmicização* continua com a construção da igreja e suas torres em direção ao céu, situadas no centro do lugar, a indicar que a vila, o povoado, a cidade está consagrada, é um lugar do *cosmo*, é um espaço real (ELIADE, 1992).

Esse território ocupado e consagrado é o espaço mítico que faz corpo com a organização social. É o território útil, protegido e reconhecido por todos. O contrário desse território é aquele estranho e residual, impuro e hostil lugar de forças negativas, um território-tabu (BETTANINI, 1982).

Estes componentes do imaginário: símbolos, signos, mitos e identidade social não estão totalmente dissociados do pensamento empírico – racional. Essas duas formas de conhecimento aparentemente antagônicas coexistem e interagem, a ponto de a renúncia do primeiro desintegrar a sociedade, e a renúncia do segundo conduzir os humanos à morte (MORIN, 1986).

Na política e no discurso, sobre o lugar e as possibilidades da sua sociedade de superar os seus limites, evocam-se imagens, representações, símbolos, “ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos” (BORDIEU, 1989). Foi esse poder

simbólico, mítico e mágico, que Aluizio Alves evocou para si, quando foi candidato ao governo do Rio Grande do Norte em 1960. O porta-voz de um grupo, que recebe o poder de fazer o grupo.

O apelo político de Aluizio Alves era fazer da sua causa a causa de todos os cidadãos norte-rio-grandenses. Para tanto, convoca um “exército” – “A cruzada da Esperança” – e reivindica o imaginário nacional-desenvolvimentista, o qual pregava a superação do atraso e da dependência por meio da industrialização. Esse imaginário vai ser batizado de *Esperança* em um futuro melhor para o povo potiguar, é a carona que Aluizio Alves pega na “febre futurista” dos anos 1950.

Deputado federal de 1946 a 1960, fundador neste período de dois jornais: a Tribuna do Norte em Natal; e a Tribuna da Imprensa, junto com Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro, Aluizio, deputado da União Democrática Nacional (UDN), vivenciou e participou dos discursos e dos signos que coletivizaram essa imagem de um futuro promissor para o Brasil. A sua tarefa em 1960 foi transportar esse imaginário para o Rio Grande do Norte e transformá-lo no discurso da *Esperança* e tornou-se o seu arauto, o portador da “boa-nova”, o profeta, o herói consagrado.



Figura 01: Jornal Tribuna do Norte

Os adversários, na tentativa de destruir o mito em formação, lançam o apelido Cigano Feiticeiro, que é rapidamente absorvido e divulgado nos comícios. O efeito do apelido, que

tinha a intenção de denegrir, nomeia o *mágico*, cujo maior *feitiço* será o de transformar o estado miserável em um estado industrializado e rico com um povo feliz. O discurso de vidente e mágico, atribuições do *cigano feiticeiro* de prever o futuro, perpassa a campanha e acompanha Aluízio Alves após sua vitória eleitoral, na administração do Estado (1961-1965). Na Figura 18, vê-se a capa do Jornal Tribuna do Norte, no dia da posse de Aluízio Alves e Monsenhor Walfredo Gurgel.

O Rio Grande do Norte é para Aluízio Alves o seu continente simbólico, as oligarquias os seus inimigos, “entretanto era nessas lideranças e, mais especificamente, na oligarquia algodoeira – pecuária que se localizava a sua origem” (PEREIRA, 1996). Os interesses pela modernização do estado via industrialização, chegavam num momento em que a compreensão do quadro político nacional criava uma imagem positiva desse processo, cujos sinais mais significativos conformavam-se na indústria automobilística e na construção de Brasília.

Ao nível do Nordeste, os sinais são dados pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), cujo documento absorve as teses de desenvolvimento refletidas naquele momento, principalmente aquelas (a teoria de dependência e os polos de crescimento, por exemplo) que apontavam “a industrialização como solução para os problemas econômicos, sociais e políticos das regiões atrasadas” (CASTRO, 1992).

Outros sinais importantes são a criação da Sudene, as dificuldades da economia algodoeira que, juntamente com o contexto político do país, colocam em crise as oligarquias agrárias que percebem o início do desmonte dos seus *currais eleitorais* localizados nas fazendas e nas sedes dos pequenos municípios, devido às migrações.

A efervescência cultural dos dois grandes centros do país, Rio de Janeiro e São Paulo, representada pela Bossa Nova, pelo Cinema Novo, pela nova poesia, responsável também por um sentimento de que o país estava se modernizando e preparando um caminho melhor para o seu futuro, seria outro sinal.

Aluízio percebe esses sinais no momento político e tira vantagem disso, visto que

[...] não se tratava de substituir pura e simplesmente a tradicional dominação oligárquica no comando político do Estado, porém modernizar para conservar, em essência essa dominação (GERMANO, 1982).

Navegar no imaginário de raízes nacionalistas, sem ser nacionalista. Por isso mesmo deveria ser uma campanha pensada, planejada por um profissional do simbolismo, J. Albano, o marqueteiro político, que “elaborava a propaganda e sugeria comportamentos e atitudes a serem seguidos pelos candidatos a governador e vice-governador – Aluízio Alves e Monsenhor Walfredo Gurgel” (GERMANO, 1982).

Um discurso para cada público, um teatro com texto diferente segundo o gosto da plateia. Para os trabalhadores salineiros sindicalizados (Macau e Areia Branca), com forte orientação comunista, um discurso nacionalista bem ao agrado das esquerdas reformistas. Para os *coronéis* do Seridó, aliados de outras campanhas, um discurso ameno e conservador. Isso explica a heterogeneidade dos apoios dados a Aluízio Alves, os quais vão além das forças conservadoras da UDN, o seu partido desde 1946, cuja liderança no estado é o governador

Dinarte Mariz, com quem Aluízio Alves rompe e deixa o partido por conta do apoio de Dinarte Mariz à candidatura de Djalma Marinho para governador e Vingt Rosado para vice.

Aluízio conta com outra força conservadora, representada pelo seu novo partido, o PSD, e pelos apoios dos setores *progressistas*: os nacionalistas do PTN, a Igreja, o PDC, PTB, PSB, PSP e os comunistas que, mesmo na ilegalidade mobilizavam-se politicamente no estado. Essa aliança foi chamada de *Cruzada da Esperança*.

A campanha política para o governo do Estado cria signos que vão identificar Aluízio Alves. Os lenços verdes, galhos de árvores e a camisa verde de Aluízio Alves significam a *esperança*; o polegar levantado significa a *vitória*. Uma inovação que ocasionou muita mobilidade popular foi a transformação dos comícios, vigílias, caminhadas e passeatas em *festa* com orquestras e batucadas acompanhando as *alas-moças* que cantavam as marchas e os hinos da campanha. Parte dessas músicas de campanha e alguns discursos previamente preparados fazem parte do *long-play* da Gentinha.

A análise das letras dessas músicas, dos cartazes e dos discursos previamente elaborados mostram Aluízio Alves como herói consagrado, predestinado a cumprir sua odisseia, convocado “pela mais poderosa força de convocação: a voz do povo”. Para cumprir a missão de redimir esse mesmo povo da miséria e de “abrir para todos a Porta da Esperança”. Essa é a mensagem do discurso de início da campanha e que faz parte do *long-play* da Gentinha.

Vim para lutar. Vim para ficar. Vim para vencer. Nada me impediria de vir: nenhum obstáculo, nenhum receio, nenhuma acomodação.

O mar que nos separava, gigante e solitário, era uma gota d’água. A distância de milhares de quilômetros, não resistiria ao ímpeto e à tenacidade de nossa marcha. Ameaças de violências cairão no ridículo. Manobras de bastidores políticos são ilusões de tristes marionetes que já cansaram o povo.

Ouvimos, sentimos, avistamos a maior, a melhor, a mais poderosa força de convocação: a voz do povo. O povo desencantado dos campos: humilde, paciente, analfabeto, empobrecido, esquecido. O povo das cidades: esmagado, inquieto, inseguro. Os homens em perspectivas para o trabalho fecundo e certo. A juventude forçada a repetir, geração a geração, os mesmos caminhos dos pais: na enxada, no emprego público, na semi-ociosidade; perda nas ruínas do pauperismo comum. As mulheres, crucificadas na cruz do amor materno, com os filhos crescendo para morrer aos primeiros vagidos, ou sobrando da morte para crescer no desemprego, na fome, na ignorância. As crianças, as grandes vozes mudas, que juntas em multidões já poderão ser ouvidas em gemidos crescentes pedindo assistências, escolas, proteção, futuro, vida.

Por isso, não pude deixar de vir. Aqui estou para lutar, para ficar, para vencer. Para com o trabalho de muitos e o voto do maior número, abrir para todos a “Porta da Esperança”.

O ato da magia social de dar existência ao herói consagrado, que “veio do sertão lá do Cabugi pra sanar o sofrimento de seu povo”, o qual vai impor uma nova visão, consagrar um novo limite, uma nova dominação que precisa do consentimento dos dominados. Na Figura 02,

foto do Pico do Cabugi. Aluízio Alves aparece nas mensagens dos cartazes de campanha como o enviado, o escolhido que profetiza a “miséria ou industrialização”, “fome ou libertação”.



Figura 02: Pico do Cabugi

A miséria e a fome são colocadas como representação dos seus adversários – representantes do caos. Aluízio Alves é a esperança de modernização, de cosmicização do Rio Grande do Norte, conforme a ideia presente nos mitos de diversos povos, acerca de uma “representação da destruição do mundo, seguida da sua construção” (SOUZA FILHO, 1994). Aluízio Alves seria o construtor dessa nova ordem – uma nova era, um novo tempo.

A comunicação desse discurso, capital simbólico de forte eficácia política, era feita nos comícios mas também no jornal *A Tribuna do Norte*, na Rádio Poti e nos cartazes os quais eram impressos com frases como as já citadas, ilustradas por dados estatísticos e indicadores sociais da miséria estadual. Igualmente, eram usadas fotos e ilustrações, imagens estereotipadas da pobreza nordestina, “imagem de sofrimento [...], apropriada e usada politicamente” (CASTRO, 1992).

Imagens que projetavam Aluízio Alves como herói, que veio para defender os mais fracos, *a gentinha* dos martírios da miséria. A sua candidatura não era das elites, mas uma convocação do povo, com quem o candidato se identificava, pois era um deles – um sertanejo vindo do *sertão lá do Cabugi*. A presença de Monsenhor Walfredo Gurgel na chapa como candidato a vice-governador era usada para criar a dobradinha “a esperança e a fé”, e revelava o caráter “sagrado” da chapa encabeçada por Aluízio Alves (Figura 03).



Figura 03: Monsenhor Walfredo Gurgel, em cerimônia de inauguração

A ideia contida nos discursos, nas letras da música e nos cartazes é de que o candidato é um predestinado a realizar uma missão nobre, sagrada, profética de retirar o povo norte-rio-grandense da miséria, e de levá-los a um paraíso potiguar, que a industrialização, a assistência ao agricultor, os serviços de saúde e de educação propiciarão. Isso coloca Aluízio Alves acima dos grupos e dos partidos, ele é o candidato de todos: “candidato de doutor, de estudante, e de trabalhador”.

A vitória eleitoral de 3 de outubro de 1960 é a vitória do *mágico* que fez as pessoas acreditarem nas suas promessas de campanha, que viajaram no imaginário da *Esperança*, que se entregaram ao poder político mais eficaz – o poder simbólico.

A campanha de 1960 no Rio Grande do Norte tem também os seus *mágicos* externos à política estadual. Pois o apoio do Presidente da República Juscelino Kubitschek se dá desde o momento de convencimento da retirada da candidatura já lançada do deputado Theodorico Bezerra pelo PSD, partido do Presidente do qual Theodorico é o Presidente estadual.

Convencer o deputado Theodorico Bezerra a desistir de uma candidatura ao governo do Estado, já lançada, em favor do seu maior *inimigo político* de militância udenista desde 1946 e levá-lo a apoiar essa candidatura como se fosse a do seu irmão siamês, há aí *respingos da mágica* do Palácio do Catete.

A participação de Juscelino em favor de Aluízio Alves foi crucial, já que a “sua intervenção mudou completamente o quadro sucessório potiguar, revertendo o apoio de vários

grupos políticos” (PEREIRA, 1996), os quais se integram à “Cruzada da Esperança” em adesões anunciadas em grandes comícios, na Tribuna do Norte e nos programas da Rádio Poti.

Para Juscelino, Aluizio tinha mais chances de vitória do que Theodorico Bezerra, era mais camaleão para mimetizar-se rapidamente e vestir as cores da imagem do Brasil que se desenvolve rapidamente (50 anos em 5) por meio da industrialização. Não dava para posar de moderno com Theodorico Bezerra, o mais digno representante da oligarquia pecuária-algodoeira, que elevava a municípios (Japi e Jaçanã) vilas e povoados incrustados dentro de suas fazendas.

O mimetismo político de Aluizio Alves adaptava-se à promessa populista mais cara para *desenvolvimento nacional* ao nível da região Nordeste, a qual era a de substituir a imagem da seca pela imagem da industrialização. O GTDN já tinha mostrado o *caminho das pedras* e a Sudene tinha sido criada para percorrê-lo. Aluizio tinha, portanto, o apoio do Presidente da República, de um povo ávido por mudança que lhe trouxesse dias melhores e um imaginário para fazê-lo moderno.

As letras das músicas do *long-play* de Gentinha demonstram que Aluizio Alves administra o Estado 1961-1965 com esse imaginário. Na música *Esperança Realizada*:

O Rio Grande do Norte
Cem anos avançou,
Depois que Aluizio Alves
Se elegeu governador.
Sertanejo Abençoado
Da zona do Cabugi,
Foi Deus quem lhe mandou
Para o seu povo servir,
Com escolas e estradas,
Indústrias e hospitais,
Lavoura mecanizada,
Produzindo muito mais
Em Natal o hotel dos Reis Magos,
Um sonho realizado,
Paulo Afonso, outro sonho,
Iluminado todo Estado,
Pioneiro no Brasil, da alfabetização.
Aluizio mostra ao povo
Sua admiração.
Governo que conta com o povo,
Presta contas ao povo
De um plano em ação.

Os 50 anos em 5 de JK são 100 anos no Rio Grande do Norte, tarefa difícil só realizada por um homem especial, um enviado de Deus.

Em o *Cigano Feiticeiro*:

Êita que bom é ser “gentinha”
Apoiando o cigano feiticeiro!
Aluízio é nossa bandeira
É nossa esperança de janeiro a janeiro.

Antigamente nada existia,
Mas o cigano tudo construiu,
Cavou poços tubulares,
Paulo Afonso e hospital infantil
Bolsas de estudos, açudes e estradas
Máquinas financiadas

Previdência, casas populares
Em Mossoró, sem compromisso eleitoral
Deu de graça as terras aos posseiros,
Nossa gentinha e o povo em geral, êi!
Tá tudo OK com o cigano feiticeiro.

Retorna o mito do herói consagrado, com a capacidade de transformar o caos, o lugar-nenhum onde “antigamente nada existia” no lugar cosmicizado, construído pelo cigano para a sua *gentinha*.

Na marcha da *Casa Popular*:
Aluízio, Aluízio, Aluízio,
Não pára de trabalhar,
Criou para o seu povo
A casa popular.
Quem espera sempre alcança,
Aluízio não descansa
Com a Cidade da Esperança
Para o seu povo abrigar
Aluízio que não falha,
Que trabalha sem parar,
Abrigou toda a “gentinha”
Com a casa popular.

Aluízio Alves é cantado como o herói incansável, “que trabalha sem parar”, que não falha, um super-homem – um Deus.

Aluízio Alves absorveu esse imaginário e foi absorvido por ele. O herdeiro acabará sendo envolvido pela herança e seguindo a fatalidade de todos os destinos sociais de consagração ou estigma, ou seja, é “apropriado pelas coisas das quais se apropriou” (BORDIEU, 1996). Os seus signos tornaram-se ornamentos, perderam sua força simbólica, mesmo assim são rituais de retorno, presentes em cada nova campanha política, identificam Aluízio Alves, embora já tenham perdido o seu poder mágico, a pulsão criadora que “tece conjuntamente o simbólico, o imaginário e eventualmente o real” (MOURA, 1995).

REFERÊNCIAS

- BACKSO, Branislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi** – vol. 5, Anthropos Homem. I. Nacional – Portugal, 1985.
- BETTANINI, Tonino. **Espaço e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- ELIADE, Mircea. **Mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- FERRERA, Lucrécio D’Alessio. Do mundo como imagem à imagem do mundo. In: SANTOS, Milton (Org). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.
- GERMANO, José Willington. A política do Rio Grande do Norte nos anos 60. **Revista Terra e Sal**, Mossoró, v.1, n.2, p.31-49, 1992.
- GONÇALVES, Marcos Augusto. **A perda do futuro**. In: FOLHA DE SÃO PAULO de 8/12/1996.
- MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- MARTINS, Paulo Henrique N. Carochas contra profetas: Os economistas e a desarticulação do imaginário desenvolvimentista no Brasil. In: **Crise e reestruturação do Estado no Brasil**. Recife: UFPE, 1993.
- MORIN, Edgar. **O Método III: o conhecimento do conhecimento**. Portugal: Europa-América, 1986.
- MOURA, Maria da C. de Almeida. Esse ancestral homem moderno. **Revista Odisséia**, Natal, n.2/3, p.167-174, 1995.
- PENSAVENTO, Sandra Jutahy. Em busca de outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.15, n.29, p.9-27, 1995.

PEREIRA, Henrique Alonso. **O homem da esperança:** uma experiência populista no Rio Grande do Norte. 1960-1966. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

SOUZA FILHO, Alípio de. O poder das imagens: importância dos mitos, dos rituais e dos símbolos na política. **Revista Odisséia**, Natal, v.1, p.43-62, 1994.